



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR - CFI

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND

João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão
Organizadores

Ciclo de Formação Geral da UFOPA

Coleção DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Série MÓDULOS INTERDISCIPLINARES - TEXTOS

Volume 1

Santarém - Pará
2012

Texto 1

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Edna Maria Ramos de Castro¹

INTRODUÇÃO

A humanidade tem pela frente um grande desafio que é o de encontrar um modelo de sociedade e de economia que seja capaz de incorporar a noção de natureza (homem e meio físico) como matriz fundamental do desenvolvimento. Isso significa pensar no modelo de desenvolvimento que vigorou nos últimos séculos e nos acompanha neste terceiro milênio, no qual o interesse principal esteve no crescimento econômico, sem considerar os impactos sobre a sociedade e a natureza.

Mas o que é desenvolvimento, e qual a relação entre desenvolvimento e meio ambiente? O que significa desenvolvimento sustentável? E a Amazônia, de que forma participa nesse debate global sobre desenvolvimento e meio ambiente? Estas são algumas das perguntas que norteiam este texto, que está dividido em duas partes. A primeira reconstitui a trajetória do debate intelectual e político sobre desenvolvimento e meio ambiente, identificando o sentido que tomou o conceito de desenvolvimento sustentável no ideário e nas utopias do século XX. Percorre, assim, os conceitos mais expressivos que tornaram essas discussões extremamente fecundas e interessantes. Na segunda parte, esboçamos uma análise sobre a Amazônia, com o objetivo de entendê-la na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Esta região, por ser rica em recursos naturais, ímpar no planeta pela extensão da floresta e da rede hidrográfica, além da diversidade étnico-social, é olhada com bastante interesse tanto por aqueles que propugnam a intensificação do crescimento econômico, quanto por outros que vêem a possibilidade de conservação ambiental, justamente por essa região conter ainda ecossistemas bastante preservados. Entre

¹ Doutora em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris - França) e professora do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) da UFPA (Universidade Federal do Pará).

esses pontos polêmicos, várias interpretações são propostas. Mas, também, a Amazônia é vista por interesse de pesquisas que buscam entender se a floresta tem importância quanto à emissão de gases de efeito-estufa e aos serviços ambientais que ela possa prestar para o equilíbrio do planeta.

As ciências sociais, e em especial a economia, produziram sobre o desenvolvimento um conjunto de conceitos e teorizações que ficou conhecido como “teorias e princípios do desenvolvimento”. Estas teorizações procuram interpretar como as sociedades conseguiram organizar seu processo produtivo para aproveitamento dos recursos naturais e aumento da produtividade. Por que é importante rever essas teorizações? Justamente porque elas elucidam o entendimento desse processo, ao longo do tempo, e ajudam a iluminar os dilemas atuais que as nossas sociedades enfrentam, como a crise ambiental na qual se inserem as mudanças climáticas e o aquecimento global. Por isso, neste texto, optamos por percorrer alguns conceitos formulados no debate sobre o desenvolvimento, por sinal bastante exaustivo desde meados do século XX.

Essas interpretações polêmicas de alguma forma influíram nos crivos e olhares não apenas das análises sobre a Amazônia, que associam notadamente sua imagem ao “verde” e ao desenvolvimento sustentável, mas também numa sequência de projetos de intervenção, de políticas governamentais e de empreendimentos econômicos (CASTRO, 2004; CASTRO, 2005; CASTRO, 2007).

1 DESENVOLVIMENTO VISTO COMO PROCESSO CIVILIZATÓRIO E “MODERNO”

Com a emergência da sociedade industrial a partir da Revolução Industrial no século XVIII, tornou-se dominante a crença na ciência e na tecnologia. Uma crença que embalou os sonhos de várias gerações, pelo qual a razão humana poderia encontrar soluções mais eficazes para alcançar um desenvolvimento que atendesse as necessidades de cada nação. Esse movimento, que considera a primazia da razão, que valoriza a racionalidade humana no sentido de que a mesma possa fazer escolhas mais racionais, se chama Iluminismo. Quer dizer, ilumina, ou lança “luzes” pela razão, e não pela fé, como

vigorara anteriormente na sociedade feudal. O iluminismo permitiu ao homem acreditar nas ferramentas racionais para construir outra ordem econômica, cuja aventura principal era o crescimento econômico capitalista, que passa a ser o objetivo maior e a obsessão da ciência moderna e da tecnologia (FALCON, 1991).

O iluminismo formula uma noção de conjunto, de participação de todos os povos numa única direção, que era dada pelo que ficou conhecido como “processo civilizatório”. Neste sentido, ele orientou o avanço do conhecimento, do progresso e da ordem “civilizatória”, que correspondia a novos padrões de costumes, de valores e de organização social.

A razão seria o instrumento intelectual que garantiria ao homem a capacidade de conhecer a verdade e, com base nela, encontrar os meios corretos para intervir na realidade, orientando assim, com segurança, os rumos do desenvolvimento, do progresso e do controle da natureza.

Essa ideia de domínio da razão, ou de sua hegemonia, é vista também como um processo de secularização, pois valoriza mais o conhecimento científico em relação à filosofia e à religião e, em última análise, também ao conhecimento popular. Ela está ligada à concepção histórica de progresso, ou seja, de progresso civilizatório, entendendo-o como o “caminho natural” para todas as sociedades. As Ciências Sociais nascem nesse contexto de valorização do conhecimento científico. Fazia-se necessário entender as sociedades, suas estruturas e seus processos, sua economia, suas contradições e conflitos, face às transformações que vinham ocorrendo de forma acelerada com os impactos da revolução industrial sobre a vida e os costumes incorporados pelas pessoas e sociedades.

Estas noções de secularização e de progresso correspondem à modernidade como racionalidade instrumental (WEBER, 1989; BRÜSEKE, 1993). Para Habermas (1987), a modernidade coloca o homem diante de difíceis dilemas. São impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas seccionando a vida social e cultural. A análise da modernidade feita por este autor é uma crítica profunda à razão, que, para ele, instrumentaliza a vida em nome do progresso econômico. Ele analisa a dinâmica social e os processos de diferenciação interna nos sistemas sociais, levando em conta a crescente racionalidade

das sociedades, pois, cada vez mais, as pessoas orientam as suas ações pela razão e não pelo sentimento. Faz uma distinção entre o que chama de *esfera do mundo vivido* (que ele considera as relações sociais organizadas em torno de subsistemas da cultura, da vida social, do simbólico e da personalidade) e a *esfera do sistema* (que corresponde às estruturas de poder, ao subsistema do Estado e ao sistema da economia de mercado).

A representação (imagem) sobre a sociedade moderna se forma nesse contexto de ideias. Assim, iluminismo, racionalidade e modernidade são noções referidas aos processos de mudança (tempo e espaço) das formas de produzir a vida decorrente da revolução industrial. Todas elas são noções intimamente relacionadas ao conceito de “desenvolvimento”, no sentido de desenvolvimento da sociedade e da economia capitalista.

2 EVOLUCIONISMO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Muitas análises em ciências sociais têm sido influenciadas pela concepção evolucionista que subjaz às noções de progresso e modernidade. Consideram elas que as sociedades tendem a trilhar um mesmo caminho, que iria das sociedades mais simples às mais complexas, isto é, de “sociedades atrasadas” para “sociedades modernas”. O pensamento evolucionista dominou as filosofias nos séculos XVIII e XIX e balizou a formação das ciências da vida, da terra e inclusive das ciências sociais (Sociologia, Geografia, Economia, História, Antropologia, Direito etc.) como um paradigma do pensamento cartesiano ocidental. Ele prossegue influenciando o pensamento no século XX e chegando até o XXI, como iremos observar nas ideias sobre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento é associado ao progresso e à modernização, estabelecendo um sistema de valor comparativo. E como consequência desse pensamento, os países desenvolvidos e industrializados tornam-se o modelo a ser seguido pelos demais, consagrando a dicotomia países desenvolvidos x países subdesenvolvidos. Essa matriz evolucionista vê as sociedades

segundo níveis de desenvolvimento (indicadores econômicos)², como se fosse possível reduzir a complexidade social, cultural, política e econômica de cada sociedade, no mundo, segundo um dado padrão de desenvolvimento. Como os países foram concebidos conforme esses graus de desenvolvimento, obscureceu-se o fato importante de que essa diferença dependia muito do processo histórico de dominação entre os países no mundo capitalista. E foi dessa maneira que alguns conseguiram se desenvolver (países colonialistas da Europa ou os Estados Unidos da América, por exemplo) com base na exploração de recursos naturais e mão de obra dos países menos desenvolvidos (América do Sul, África e Ásia), onde estavam suas ex-colônias, ou através de outros meios de articulação e dominação das relações mercantis, como mostra Cardoso (1993) na análise sobre a relação entre a história dos países da América Latina e sua situação estrutural de dependência e pobreza econômica.

3 O DESENVOLVIMENTO VISTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROGRESSO

As interpretações sobre o desenvolvimento que emergem nos anos 30 do século passado têm, em síntese, duas dimensões principais: a dimensão acadêmica, que procura entender e construir interpretações sobre o desenvolvimento enquanto processo histórico de expansão da sociedade moderna e do capitalismo, e a dimensão normativa, que procura aplicar aqueles resultados através da implementação de políticas públicas, de estratégias e ações do Estado e dos agentes econômicos.

O termo desenvolvimento foi concebido, nas teorias do século XX, como crescimento econômico. Não eram considerados, assim, nessa época, os impactos sociais e ambientais gerados pelo crescimento econômico, pela intensificação da tecnologia e pelo aumento de produtividade e de competitividade (DIESEL, 1995). Muito menos o social e o ambiental como componentes do conceito de desenvolvimento.

² Os índices econômicos mais utilizados, que visam mostrar a renda dos indivíduos e a produção da coletividade, os quais são a *Renda per capita* e o *PIB (Produto Interno Bruto)*, não permitiam uma análise do desenvolvimento dos países segundo outros indicadores importantes do ponto de vista da qualidade de vida, a propósito do que se deve se incluir também o ambiental.

Para Diana Hunt (1989), os primeiros pensadores econômicos tiveram um objetivo comum, que era entender como as sociedades se organizam para produzir seus meios de vida e propor medidas para o aumento da produtividade, o que levaria ao crescimento econômico. A economia é uma ciência aplicada e nasce orientada para dar soluções políticas voltadas para o crescimento econômico. Os autores pioneiros da economia pensaram este campo de estudos com base na ideia da ciência como conhecimento racional, seguindo os princípios iluministas. Procuravam descobrir as leis da sociedade e as regularidades da ação econômica, bem como racionalizar os processos de intervenção visando maior eficiência dos fatores econômicos e do uso dos recursos escassos (tecnológicos, naturais, humanos). A ideia central sempre foi a de organizar racionalmente a produção e o crescimento de tal forma que maximizasse a oferta de bens e serviços no mercado.

A relação fundamental entre sociedade e natureza sempre foi a de retirar da natureza recursos com potencial de transformação para obtenção de bens através do trabalho. Nessa concepção, a natureza é vista como fonte inesgotável de recursos. E pela organização da atividade econômica e do trabalho, a natureza é processada para gerar utilidades, ou seja, há bens (materiais e imateriais) importantes para as pessoas, para seu uso (valor de uso), mas não para vender, e bens que passam a ter um valor de mercado (valor de troca), como mercadoria. E esse valor é referido como o preço a ser pago pela sua aquisição. Ao longo do desenvolvimento capitalista, cada vez mais bens com valor de uso passam a ter também um valor de troca.

Como se trata de uma economia capitalista, ela busca sempre o aumento da produtividade do trabalho para obter maiores ganhos de capital e assim realizar os movimentos de acumulação e de concentração de capital (POLANYI, 1980). Mas o avanço da economia foi também possível devido à intensificação do desenvolvimento tecnológico, considerado como instrumento para aumentar a eficiência dos processos produtivos. O avanço da ciência e da tecnologia tem um papel fundamental. A Revolução Industrial e seus desdobramentos em busca de novas tecnologias favoreceram esse processo de desenvolvimento, permitindo o aumento da produção de bens e serviços pela via da intensificação do trabalho, com longas jornadas de um trabalho mal remunerado, ao mesmo tempo

que aumentava a produtividade também pela via da inovação tecnológica. Ao longo da história do capitalismo, várias teorias procuraram discutir o trabalho como a base das relações de produção, de marxistas a funcionalistas, identificando relações entre crise e novos modos de regulação do trabalho (LIPIETZ, 1997; CASTELS, 2000).

Mas cabe lembrar que o desenvolvimento como crescimento econômico foi objeto de muita polêmica, travada em função das diferentes percepções e conceitos. Por outro lado, a polêmica também envolvia as orientações dadas para solucionar os problemas de crescimento econômico, seja no interior do país, seja nas relações dele com outros países. É esse debate que iremos esboçar de forma sintética a seguir.

3.1 A escola estruturalista e a do núcleo de modernização capitalista

A ideia central em quase todas as teorias de desenvolvimento é alcançar o crescimento econômico, mesmo que as teorias e os modelos variem. Hunt (1989) descreve detalhadamente as diferentes correntes teóricas e os autores principais – e indica os seguintes temas de discussão: dinâmica econômica agrícola; altas taxas de crescimento populacional; crescimento histórico das forças produtivas; liberalismo do mercado; e distinção entre desenvolvimento e crescimento.

Segundo a mesma autora, nos anos 1930 iniciam-se as discussões na América Latina que dariam origem a uma corrente de pensamento que ficou conhecida como *escola estruturalista*. Esta escola procurava explicar as razões de certos países permanecerem pobres em relação a outros países industrializados, sustentando a tese de que essa situação era devida à dependência daqueles países. Os autores dessa corrente estavam interessados nos países da América Latina e tentavam responder por que esses países se mantinham com economia vulnerável em relação aos países industrializados e por que também perdiam nas relações comerciais com os países mais

ricos. Essa corrente encontra na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) a referência institucional principal.

Nos anos 1940 surgiria a *escola do núcleo de modernização capitalista*, na América do Norte e na Europa, interessada mais em analisar o modelo de crescimento adotado pelas economias avançadas, as razões do sucesso e as crises de desenvolvimento. Essas duas escolas fomentaram um interessantíssimo debate sobre a natureza do desenvolvimento, as causas do subdesenvolvimento, o papel do Estado no processo de desenvolvimento, os modelos econômicos e, enfim, sustentavam a relevância do planejamento para alcançar maior desenvolvimento.

O argentino Prebisch, pioneiro da escola estruturalista, interessado na superação da dependência estrutural dos países da América Latina, entendia que era fundamental a autonomia dos países para seu crescimento econômico. Partia da constatação de que esses países que tinham como base econômica a exportação de produtos primários (matérias-primas para alimentar a indústria dos países mais ricos) perdiam nas relações comerciais, o que impedia o seu crescimento. Essa constatação reforçava a tese de que a industrialização era o caminho do desenvolvimento, tese defendida por vários autores brasileiros, como Celso Furtado (1982) e Fernando Henrique Cardoso (1993).

Ambas as escolas acima referidas acreditavam no papel planejador e intervencionista do Estado, ou seja, o Estado deveria investir mais recursos na construção de infraestrutura para o desenvolvimento (estradas, energia etc.) e mesmo investir diretamente em setores produtivos de base para desenvolver a indústria, a exemplo da siderurgia no Brasil. E também definir políticas de desenvolvimento econômico, orientando os investimentos e as ações públicas³.

3.2 A polêmica do desenvolvimento nos anos 1950 e 1960

O debate latino-americano (e brasileiro) sobre o desenvolvimento foi mais fecundo na década de 1950. Ele trazia novos elementos, mas sempre reafirmando a crença no

³ Cabe ressaltar, embora *en passant*, que o Estado tem um caráter intervencionista conforme dominava na época de grande influência da teoria keynesiana.

planejamento como forma de os países alcançarem patamares mais elevados de crescimento econômico e tecnológico. No caso brasileiro, essa década é de muito entusiasmo e de investimentos que levaram a um importante surto de crescimento econômico. É quando se fortaleceram muitos ramos industriais, notadamente a indústria automobilística. E é quando o sonho brasileiro de fincar sua capital no coração do país irá se realizar, com a construção de Brasília. É a década também em que o país integra o sul ao norte com a construção da rodovia Belém-Brasília. Essas decisões governamentais encontraram respaldo na ideologia nacional-desenvolvimentista que predominou no país nesse período.

A CEPAL abrigou intelectuais de várias linhas teóricas e origens institucionais. Teve um papel importante, pois, no bojo das discussões, outras linhas de interpretação sobre o desenvolvimento apareceram, como é o caso da teoria da dependência. Nos anos 1960, as formulações da teoria da dependência beberam nas fontes das Ciências Sociais, visando apoiar as críticas ao desenvolvimento como crescimento econômico e se propondo o desafio teórico de integrar economia e sociedade no conceito de desenvolvimento.

Várias interpretações procuraram centralizar-se na dimensão sociopolítica do desenvolvimento, pois nos países latino-americanos aumentava a pobreza e o número de miseráveis. No âmbito da teoria da dependência, foram acrescidas noções importantes vindas de outras ciências sociais, como a História, a Sociologia, a Geografia e o Direito, e não só da Economia, permitindo abrir novas perspectivas pela análise interdisciplinar.

Inúmeros intelectuais brasileiros, argentinos, uruguaios, colombianos, chilenos e mexicanos na década de 1950 falavam que era importante uma política protecionista da economia para levar à frente um programa de industrialização. Acreditavam que a industrialização era a saída do subdesenvolvimento e que esses países seriam capazes de fabricar esses produtos internamente. Isso era apresentado como um modelo de desenvolvimento, conhecido mais precisamente como *modelo de substituição de importações*. Em que consistia esse modelo que forjou a base do desenvolvimento industrial no Brasil e em vários outros países latino-americanos? De forma sucinta, consistia na progressiva substituição de produtos importados

por outros, similares, que seriam produzidos internamente no país. Essa substituição deveria ser primeiramente de produtos de consumo simples, depois bens de consumo mais complexos, até chegar à substituição de bens de produção, como máquinas, equipamentos, etc. Enfim, produtos cada vez com maior densidade tecnológica. Mas, também estava presente a compreensão de que a estagnação e a falta de capital para investir eram grandes desafios, e comuns a todas as economias latino-americanas.

Essas ideias dominaram as áreas acadêmicas, empresariais e políticas, influenciando, dos anos 1950 a 1970, a formulação de políticas econômicas para a América Latina. A CEPAL teve um papel importante na discussão, assessorando governos no planejamento e na elaboração de modelos de desenvolvimento. Nessa linha de raciocínio, além dos investimentos, também estava sendo considerada a importância da formação de uma classe média com poder de consumo. Por isso, as análises também tinham o olhar voltado sobre a massa de salários que passaria a ser paga com o aumento da oferta de emprego nas indústrias, levando a crescer o consumo, sobretudo nas áreas urbanas. Desta forma, sustentavam a necessidade de aumentar a capacidade de investimento desses países e sua industrialização.

Esta década de 1970 representa um marco na história. É a década em que a sociedade se reorganiza em movimentos que lutam pela democracia e restabelecimento de direitos políticos e sociais. Em alguns países, como é o caso do Brasil, a sociedade se organizou em torno de lutas pela redemocratização do país. Conseguiu pressionar o poder público para garantir a elaboração de uma nova constituição. E não é por acaso que a Constituição Brasileira de 1988 é mais avançada em relação às anteriores, quanto aos direitos sociais, políticos, econômicos e mesmo ambientais, pois reflete um espaço de luta política bem anterior.

Um autor bastante influente, o marxista americano Andre Gunder Frank (1971), no bojo das discussões que originaram a teoria da dependência, importante na década de 1970, acreditava que as trocas comerciais resultaram sempre em perdas para os países subdesenvolvidos, pois esses países sempre foram dominados, como periferias, por países hegemônicos, e, por isso, reforçavam a ideia de que era impossível alcançar o desenvolvimento, se mantida essa dependência. Segundo

Hunt (1989), a teoria da dependência estava próxima da perspectiva marxista. Efetivamente, ela se forma com certa influência da teoria crítica. Enfim, o autor citado assinalara que o subdesenvolvimento decorria da apropriação da mais-valia (lucro, ou seja, valor do trabalho não pago) produzida nos países periféricos.

Entretanto, apesar desse debate de caráter heterogêneo, e da influência das ideias da escola estruturalista da CEPAL e da teoria da dependência em muitos governos latino-americanos, como é o caso do Brasil, na década de 1970 acabaram dominando as políticas econômicas mais conservadoras (neoliberais). As forças sociais e as elites nacionais com suas alianças internacionais acabaram por determinar os processos políticos na América Latina e a sequência de golpes militares. Emerge, a partir de então, uma fase de governos autoritários e ditatoriais (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, entre outros) e de fortalecimento das políticas que resultam em maior dependência econômica.

A problemática social é incorporada ao debate, chamando-se atenção para a pobreza desses países, a concentração de renda e a dinâmica política, temas assinalados como fundamentais para entender o jogo de forças sociais na dinâmica do desenvolvimento, por autores como Sunkel (1973), Furtado (1982) e Cardoso e Falletto (1967). Indicadores utilizados em pesquisas mostravam contradições entre os dados econômicos e sociais, como vinham sendo mostrados anteriormente, mesmo antes de ter sido formulado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁴.

Ficou claro, portanto, nos anos 1970, que as contradições e os conflitos de classe deveriam ser considerados nos estudos sobre o desenvolvimento, bem como as origens e as estruturas históricas das sociedades, pois eram dinâmicas que interferiam

⁴ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), constitui uma forma alternativa de usar alguns outros indicadores para medir a situação de desenvolvimento, que não apenas a renda. Em sua composição entram, assim, dados de educação, saúde, longevidade e renda. Outros indicadores mais usuais medem apenas variáveis de renda e mascaram a situação real dos países, regiões e municípios quanto ao desenvolvimento. Esse índice pode ser combinado com o ISI (Indicador da Sociedade da Informação), que se ocupa de variáveis ambientais. Continuam as tentativas de se ter índices ainda melhores, mas por enquanto são esses os mais completos que se têm. Enfim, estão entre os mais baixos do país, ganhando apenas para o Nordeste. Aconselhamos uma visita ao site do PNUD (<http://www.pnud.org.br>) para outros dados sobre o IDH.

na compreensão do projeto de desenvolvimento de uma sociedade, como sustentam Furtado (1982) e Ianni (1992), entre outros. Igualmente, os interesses das elites exportadoras, que se beneficiavam com o comércio internacional, predominavam sobre os interesses públicos e por isso tinham um papel importante na escolha de estratégias de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos.

Enquanto essas correntes de ideias se concentravam na preocupação com o crescimento econômico, a sociedade civil se inquietava com a qualidade do que comia e do ar que respirava. E se manifestava nas ruas de Paris, Nova York, Berlim e Londres, para dar alguns exemplos, contra a poluição vinda dos processos industriais, as usinas atômicas e o uso de agrotóxicos na agricultura.

4 MOVIMENTO ECOLÓGICO E CONSCIENTIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

O debate sobre meio ambiente apareceria apenas nos anos 60 do século passado, graças a um movimento social que surgiu na Europa e nos Estados Unidos, conhecido como *movimento ecológico*. Várias correntes de pensamento político alimentaram acirrada discussão no seio do movimento ecológico em busca de soluções para as contradições crescentes relacionadas ao uso intensivo dos recursos naturais e aos efeitos da industrialização sobre a vida e a saúde das pessoas e sobre o meio ambiente.

Nos anos 1970 e 1980, o movimento ecológico havia acumulado um poder de mobilização nos países da Europa e nos Estados Unidos, mas em todos os demais continentes e países surgiam movimentos ambientalistas com bandeiras, até mesmo distintas, pois incorporavam as questões locais. No conjunto, essas mobilizações formularam extensa pauta de denúncias dos impactos da industrialização sobre o meio ambiente, o perigo das usinas atômicas, a geração de energia poluente, o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, o avanço da fronteira agrícola sobre as florestas e o uso dos cursos d'água para gerar energia hidrelétrica sem considerar os impactos sociais e ambientais, entre tantos outros questionamentos. No entanto, por muito tempo a pressão do movimento ecológico não teve eco. No meio

acadêmico e na área governamental foi muito lenta a tomada de consciência da problemática ambiental.

Mas, o papel do movimento ecológico foi importante para agendar, ainda que lentamente, uma pauta ambiental no correr dos anos 1980. No interior do movimento, várias correntes de ideias fomentavam a discussão sobre a possibilidade de um *desenvolvimento alternativo*, com várias tendências das esquerdas nos diversos países. O debate ambiental é construído nesse campo fértil em discussões críticas. Novas utopias sobre o desenvolvimento começam a ser esboçadas.

A Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, e a Declaração de Estocolmo de 1972, junto com a Declaração de Cocoyoc de 1974, foram momentos oficiais de discussão entre os Estados e, de certa forma, também eram respostas às questões levantadas pelo movimento ecológico. Esta Conferência teve muita repercussão, pois representou o primeiro momento oficial de tomada de consciência sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. E também foi um momento de grande manifestação da sociedade civil mundial através de fóruns organizados, manifestações públicas e elaboração de documentos assinados por entidades e representantes do movimento ecológico, em torno da questão do desenvolvimento e do meio ambiente.

Em 1992 a ONU (Organizações das Nações Unidas) realizou a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (vinte anos depois da realizada em Estocolmo): a Rio-92, como é conhecido mundialmente o evento. A cidade escolhida, Rio de Janeiro, foi o palco das tensões sobre a poluição do planeta e o pouco avanço ocorrido nos vinte anos passados. A polêmica opõe países do Sul e países do Norte, e ao mesmo tempo a afirmação de que a questão ambiental é global e envolve a todos. Para o Brasil foi importante, pois contribuiu para uma consciência ambiental nacional. Entre as grandes questões em debate estavam os impactos ambientais na Amazônia, para os quais se buscavam encaminhamentos de soluções.

O movimento ambientalista internacional teve papel importante na construção de novos conceitos sobre desenvolvimento e meio ambiente. A partir dos anos 1980 emergem outros conceitos trazidos por grupos sociais e étnicos, organizados em torno de questões as mais diversas, mas com

uma condição comum que era a sua reprodução ligada à floresta ou outro ecossistema. Pela ação desses grupos e de ONGs (organizações não governamentais), além de pesquisadores, apoiados, no caso brasileiro, pela Constituição de 1988, são valorizados os pleitos de titulação de terras de domínio coletivo (terras indígenas, territórios quilombolas) e os saberes tradicionais sobre a natureza, notadamente sobre a floresta. A premissa que passa a predominar é de associar preservação de ecossistemas e saberes tradicionais, ou seja, biodiversidade e manejo de recursos naturais.

Depois de percorridas mais de três décadas, é possível tomar distância para avaliar melhor as diferentes vertentes que aparecem no debate sobre o *desenvolvimento alternativo*. Uma primeira constatação é que os limites impostos pela natureza ao crescimento econômico passaram a contar cada vez mais na discussão do desenvolvimento. Porém, o crescimento econômico permanece como modelo dominante. Ainda que a perspectiva ambiental tenha se fortalecido nas últimas décadas do século passado, há um grande caminho a percorrer quanto à responsabilidade de todos para com o meio ambiente.

5 PRINCÍPIOS E CONCEITOS SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Ao fazer um balanço sobre as diferentes correntes que discutem o que é desenvolvimento, Veiga (2008) reconhece, em síntese, duas grandes linhas, a do “desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico” e a do “desenvolvimento como uma ilusão”. Veiga (2008) considera Ignacy Sachs como o economista que conseguiu transitar para além dessas duas correntes. E para responder sobre o que é desenvolvimento sustentável, sintetiza igualmente duas correntes: a formada pelos que ignoram que exista um dilema entre conservação e crescimento econômico e a que reúne aqueles que acham possível uma conciliação. Vê ainda as alternativas para essas linhas extremas de ideias. A polêmica entre ideias e correntes continua aberta e está sempre atualizando um debate que está longe de terminar. Talvez por isso, Ignacy Sachs, no prefácio ao livro de Veiga (2008), diga que o tema *desenvolvimento* manterá sua centralidade nas Ciências Sociais neste terceiro milênio.

É nesse contexto que surgem alguns conceitos novos, no meio de outros apenas requeitados, para construir a reflexão sobre desenvolvimento e meio ambiente.

5.1 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

O conceito de ecodesenvolvimento é, de certa forma, pioneiro na perspectiva ecológica e tem um papel importante na intermediação entre as propostas do movimento ecológico, a academia e as áreas governamentais. Consiste em uma abordagem que atribui peso importante à ecologia. E fomenta a busca de novos enfoques e propostas de intervenção que superem a dominante, que trata o desenvolvimento apenas na perspectiva da economia. No conjunto estava em questão também a metodologia interdisciplinar. Sachs (1994) difundiu este conceito e as análises sobre a interdisciplinaridade como condição da produção do conhecimento e de diálogo entre campos diferentes da ciência, e entre Estado e sociedade.

O termo *desenvolvimento sustentável* decorre de certa forma desse processo político, mas foi utilizado pela primeira vez apenas em 1979, em Estocolmo, por W. Bunker, no Simpósio da Organização das Nações Unidas sobre as Interrelações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Porém, passaria a ser difundido a partir de 1987 por ocasião da Assembleia Geral da ONU, quando foi apresentado o Relatório Brundtland, publicado com o título *Nosso Futuro Comum*. Esse relatório foi feito pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland. O conceito-chave de *Nosso Futuro Comum* é o desenvolvimento sustentável, que será um conceito cada vez mais usado como uma orientação, utopia ou ideário, para ser construído com sentido comum.

A situação social no mundo, com o agravamento da pobreza e o aumento das diferenças nas condições de vida entre países ricos e países pobres levou a afirmar a necessidade de incorporar também, como assinalara a teoria da dependência, a dimensão social ao desenvolvimento. Uma ideia que circulava era a da necessidade de diminuição da pobreza e da desigualdade entre países do norte e do sul devida à dramática diferença nos níveis de vida, ou seja, riqueza no norte e pobreza no sul. Vamos

passar alguns desses conceitos em revista, brevemente, num esforço de síntese.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* expressa o desejo, ou a meta, de se encontrar outra via de desenvolvimento que não seja simplesmente o crescimento econômico: outro desenvolvimento, que desse conta da questão social e da pobreza que crescia no mundo, como uma dimensão da justiça social. E que fosse um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Isso quer dizer, conseguir um equilíbrio ambiental como um compromisso ético. Em síntese, a ideia era que a humanidade deveria adotar uma concepção de desenvolvimento que garantisse atender às necessidades das sociedades do presente, mas condicionando isso à garantia dos direitos das gerações futuras e reconhecendo, assim, que estas têm o direito a gozar de um ambiente saudável e das riquezas naturais. E, finalmente, que o crescimento econômico pudesse ir na contracorrente da concentração de renda, para que a humanidade, como um todo, pudesse usufruir da riqueza produzida nas nações, diminuindo a pobreza, a miséria e a injustiça.

Tal conceito representou certamente um enorme avanço normativo, pois institucionalizou no âmbito dos Estados a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, definindo propostas bem precisas. Mas, assim mesmo, o conceito de desenvolvimento sustentável na formulação da ONU está ligado, em última análise, ao de crescimento econômico e de progresso, que fundaram a utopia do industrialismo dos séculos XIX e XX e que ainda estão bastante presentes nas sociedades modernas. E, por isso, esse conceito está sujeito à discussão e à crítica, mas permanece como uma utopia de nosso tempo, orientando o futuro.

No contexto das preocupações com a desigualdade e a pobreza, surge um termo que passaria a ser uma dimensão do planejamento, que é o *princípio de necessidades básicas* (ou *basic-needs*). Foi utilizado desde os anos 1970 para sustentar a tese de que era possível um crescimento com equidade, com justiça social. As necessidades essenciais deveriam ser atendidas universalmente pelos serviços de saúde, educação, geração de emprego e renda, capacitação para o trabalho, saneamento, enfim, um patamar de bem-estar. Passou assim a fazer parte do ideário ético das sociedades. Foram implantados programas de

ação contra a pobreza nos diferentes países, seguindo metas de redução da pobreza definidas pela ONU.

Mas, fazendo um balanço, os programas contra a pobreza não lograram reduzi-la. E a América Latina e o Brasil, que estavam com governos autoritários, elaboraram estratégias que não diminuiram a pobreza e acabaram por aumentar a dependência. Por isso, era ressaltada a necessidade de se buscar *estilos alternativos de desenvolvimento*, com geração de tecnologia dentro do país.

Mas o crescimento econômico não estaria sendo questionado como tal nos diferentes países, de forma oficial ou explícita. O certo é que, para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais, o que implica maior transformação de matéria e energia em bens e serviços. Por isso, aí reside a grande contradição do modelo de produção. E, assim, surgem outras ideias, na busca de um modelo compatível entre a produção econômica e a natureza.

5.2 Novos conceitos e abordagens nas décadas de 1970 e 1990: Economia, Ciência Política e Antropologia

Na década de 1980 há um avanço da consciência ecológica no mundo. A questão ambiental é internalizada como tema importante. Começa a haver maior clareza tanto sobre os limites impostos pela natureza como pelos limites intrínsecos ao modelo de desenvolvimento. Eles começam a ser revistos, mas ainda há bastante resistência e desconfiança nos meios acadêmicos e governamentais, nos diversos países.

A América Latina, incluindo o Brasil, enfrentava uma crise política grave, a economia lidava com altas taxas de inflação e de desemprego, e a dívida externa crescia. Com esse ambiente desfavorável, essas economias submeteram-se aos ajustes estruturais impostos pelos países ricos e pelas agências internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

Mas, nessa mesma década, apareceram no debate outros conceitos. No geral eles incorporavam a questão ambiental e princípios mais democráticos na relação entre Estado e sociedade, propugnando por políticas distributivas de renda. Os princípios de *igualdade*, de *democracia participativa*, de *autonomia*

e de *direitos humanos*, que haviam sido alinhavados em acordos internacionais, passam a ser contados na formulação de políticas e prioridades dos governos mais democráticos. Acabaram, assim, sendo absorvidos como modelo de organização política na atualidade.

A *liberdade*, a *ética* e a *política* como condição para o desenvolvimento é uma abordagem teórico-política sustentada por Amartya Sen (1999), que considera a possibilidade de os indivíduos fazerem suas escolhas e reconhece que a liberdade depende de muitos outros determinantes que não são apenas os econômicos. O autor entende que os benefícios do desenvolvimento devem atender às qualidades humanas para o seu bem-estar, materiais e imateriais (educação; qualidade de vida, traduzida em saúde e longevidade; dignidade; e participação política). Outra abordagem, a *institucionalista*, acredita que as instituições têm um poder de regular a posição polêmica entre desenvolvimento e meio ambiente e, por isso, têm um papel fundamental no desenvolvimento.

Outra perspectiva aborda o desenvolvimento usando o *princípio de precaução*, que expressa a preocupação com o meio ambiente e os cuidados que devem ter as pessoas, as empresas e as políticas públicas formuladas pelo Estado. Os autores que adotam essa linha propõem que se façam cálculos para avaliar qual a capacidade que um determinado sistema natural tem para suportar a exploração dos recursos que nele existem. Por isso, essa abordagem é identificada como *capacidade de suporte*. Isso leva a outra pergunta: qual é a capacidade de um determinado sistema natural de se recuperar? Essa discussão é também conhecida pelo conceito de *capacidade de resiliência* do meio ambiente. Ela se inspira na constatação de que os sistemas produzem e despendem energia, podendo se autorrecuperar. Isso significa ter resiliência.

Esse tema tem orientado muitas pesquisas na Amazônia perguntando qual a capacidade da floresta em suportar a intensificação de sua exploração e qual a capacidade que tem de se recuperar. Outro exemplo é a exploração pesqueira na Amazônia. Caberia perguntar: até que ponto os estoques de peixes e a biodiversidade aquática podem suportar a exploração pesqueira intensiva praticada no litoral amazônico e nas áreas interiores - neste caso, de pesca fluvial e lacustre? E quando

começa a ser ameaçada a sua reprodução? E qual a capacidade de resiliência que essa natureza tem?

Nessa perspectiva, o princípio de precaução tem orientado metodologias de manejo, de gestão dos recursos naturais e tem sido bastante adotado em políticas governamentais, organizações não governamentais e projetos sociais. Por sinal, agências internacionais de desenvolvimento têm financiado projetos e planos de manejo com essa orientação. Essas iniciativas defendem, portanto, um enfoque que busca integrar o econômico ao social e ao ambiental, mas que tem sérios limites, pois, como outros, não coloca em questão o modelo de desenvolvimento em si.

É preciso uma real clareza sobre o que se impõe como necessidade hoje, diante de uma crise ecológica que, ao avançar, ensina, efetivamente, que é necessário usar com muita precaução o que se tem ainda no planeta como recurso natural, renovável ou não. Tal clareza é fundamental para uma sociedade que se projeta também sob outra matriz de direitos sociais e que se pretende consciente dos dilemas e das opções que devem ser feitas em relação ao desenvolvimento.

Na esteira da revisão de conceitos e princípios do desenvolvimento, foi incluída a discussão sobre a *ética do desenvolvimento* e a respeito da *valorização de saberes tradicionais sobre a natureza* que os povos tradicionais, no mundo inteiro, detinham. No caso da América Latina e do Brasil, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros segmentos sociais, testemunham até hoje a eficácia de seus conhecimentos tanto para a realização de vários tipos de trabalho, como para seus sistemas de curas (materiais e espirituais) e sua reprodução social e cultural. São organizações sociais que funcionam com um padrão de tempo mais lento, talvez mais próximo ao tempo da natureza, de tal forma que permitiu, ao longo de séculos, menor impacto sobre os sistemas agroflorestais (COSTA, 1996; HURTIENNE, 1989).

Finalmente, é fundamental entender que o debate sobre o meio ambiente não pode ser feito fora do contexto da globalização. Mesmo que se discutam questões locais, como uma dada região do Pará ou do Amazonas, ou algum lugar na China, no Senegal ou na Indonésia, os efeitos ao meio ambiente que ali ocorrem têm a ver com a situação nacional e mundial do modelo econômico e do modo de dominação das sociedades na

atualidade. O modelo capitalista é conhecido, historicamente, como propulsor da exploração intensiva dos recursos naturais (floresta, minérios, etc.), bem sabemos, e hoje temos de reconhecer que ficaram mais claros os limites da natureza. A abordagem do *desenvolvimento local* é vista nessa relação de escalas, do local ao global.

Outro conceito que emerge no debate, e mais radical, é o de *ecologia profunda* (ou *deep ecology*), formulado por Arne Naess, que considera que a cultura é uma extensão da natureza, a consciência em si da natureza, radicalizando a percepção da ecocentralidade, ou seja, a que considera a natureza como objetivo maior, por isso centro de uma concepção de vida na sociedade. Opõe-se, assim, à visão do *antropocentrismo ecológico*, cujo centro é o homem.

Numa perspectiva marxista, existem várias correntes, entre elas o ecossocialismo, que entende que os problemas ambientais decorrem da organização social, do modo de produção capitalista e das formas de alienação e apropriação da natureza e exploração da força de trabalho, visando a maximização do lucro e a mercantilização da natureza.

Estão presentes, ainda, propostas que sustentam ideias diversas, desde a proposta de *revisão radical dos processos industriais*, reduzindo seu teor de poluição, ou uma *gestão rigidamente equilibrada*, mas com base no manejo dos recursos, até as que propõem um *não-crescimento*, ou *crescimento zero*, como única saída para fazer frente à crise ambiental.

Da *Economia do Desenvolvimento*, na formulação de Hirschman (1980), que procura ajudar com análises econômicas o crescimento dos países, à *Economia Ecológica*, mais recente, que adota a perspectiva do crescimento com valoração da natureza, há diferenças certamente, mas ambas se aproximam, pois buscam viabilizar o crescimento econômico. A economia ecológica se propõe a desenvolver teorizações que se baseiam no valor da natureza, ou seja, em atribuir valor aos bens e aos serviços que a natureza presta ao meio ambiente. Assim, a natureza se torna, em si, também uma mercadoria a ser regulada pelo mercado e, por isso, ela é considerada um *capital natural*.

Essa ótica supõe que os bens e serviços da natureza têm valor e podem ser negociados, trocados, vendidos e comprados. Mesmo aqueles que jamais foram percebidos como tal, a exemplo do que agora chamamos de “serviços ambientais”, que, a rigor,

não constituem um bem em si, nem um serviço, mas propriedades da natureza. Em outras palavras, serviços ambientais não correspondem à natureza física, mas a uma propriedade da natureza. Porém, na perspectiva do capital natural, tornam-se um bem de mercado, e já existem e se institucionalizam várias modalidades de cálculo para saber quanto custa esse ou aquele «serviço» prestado para reduzir a camada de ozônio ou evitar as mudanças climáticas, por exemplo.

Em síntese, essa visão sustenta que as pessoas e as empresas iriam valorizar mais o meio ambiente se ele tivesse preço, pois teriam de pagar. É uma visão do mercado, e, em última análise, o mercado passa, nessa perspectiva, a ser o regulador, ainda que seja o Estado que tem a função pública e o poder de ordem. Essa é a ideia que tem sido mais utilizada para orientar políticas, programas e ações nas áreas governamental e empresarial, no Brasil, em relação à floresta amazônica. Os trabalhos de Costanza (1994) foram nessa direção – a de elaborar modelos e contabilidades para contar os recursos e gastos de energia nos processos produtivos, de modo a possibilitar balanços quantitativos sobre quanto cada país polui, o que permite avaliar a contribuição de cada um com o aquecimento global. Essa ideia também tem sido aplicada. Esse mercado, no sentido de uma economia de serviços ambientais, tende a se ampliar.

Nicholas Georgescu-Roegen, em 1971, foi quem primeiro chamou atenção para o conceito de entropia em *The Entropy Law and the Economic Process* (A Lei da Entropia e os Processos Econômicos). A preocupação era sobre o balanço energético entre produção econômica e natureza, altamente desfavorável para os recursos naturais, em função do aumento de entropia. A seu ver, a humanidade precisa, para se reproduzir, de energia e calor encontrados na natureza, mas a tendência é aumentar cada vez mais a retirada desses elementos da natureza (combustível fóssil, por exemplo), devido ao modelo intensivo de crescimento industrial, sem possibilidade de reposição. Ele mostrou a relevância da análise da entropia gerada nos processos produtivos. Chaves (1997), citando Georgescu-Roegen (1971), concorda com a relevância dessa análise, pois:

[...] se o processo econômico, na base do crescimento da produção, tende sempre ao aumento da transformação de matéria e

energia e esses dois elementos não podem ser criados, e, portanto têm limites dentro do sistema, então o processo entrópico se desenvolve também em ritmo acelerado. Assim como a tendência da entropia vai na direção do seu valor máximo, o sistema econômico que incorporou somente a dimensão da valorização do valor contribui de forma decisiva para a desordem da sua base natural, e também de si próprio.

Essa perspectiva foi adotada por Altvater (1995), tomando a Amazônia como reflexão, e Bunker (1985), este no livro *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of modern State* (Subdesenvolvimento na Amazônia: extração, mudança desigual e falência do Estado moderno), no qual o autor interpreta os processos de desestruturação de atividades tradicionais e a emergência de novas dinâmicas na Amazônia, intensivas em capital, na produção mineral.

6 A CRITICA AO DESENVOLVIMENTO COMO CRITICA À MODERNIDADE

Essas noções e teorias estão continuamente sendo colocadas em questão. Vários movimentos sociais que, nos anos de 60 do século passado, confluíram com múltiplas manifestações coletivas – movimento ecológico, movimento estudantil, movimento feminista, movimento negro, entre outros –, demarcam o desencantamento com a ciência e postulam a busca de novos paradigmas do conhecimento científico.

Nos anos 1970, o debate intelectual e político, neste caso puxado pelos movimentos sociais, estava aberto, enfocando os limites sociais e ambientais ao desenvolvimento e ao progresso. Há nesse momento uma consciência dos limites da razão e dos efeitos decorrentes do crescimento econômico sobre a vida social e o planeta. Uma constatação comum é o fracasso do projeto ocidental de modernidade, revelando que a razão e a ciência serviram para tornar alguns países mais ricos, aumentar as contradições sociais, as desigualdades de renda entre classes sociais, regiões e países e a perda irreversível de recursos naturais, sobretudo os não renováveis, empurrada pela corrida

em direção ao aumento da produtividade, da produção e do consumo.

Habermas (1987) mostra que a modernidade como a hegemonia da razão instrumental dominam a esfera do sistema e da razão comunicativa. Isso leva a permitir que o sistema da economia e o sistema do poder-Estado sejam controlados pelas grandes empresas. Um número reduzido de empresários determina as regras do jogo social, político e econômico sem consultar a sociedade, declarando o filósofo que, “à medida que o sistema se fortalece em detrimento do ‘mundo vivido’, ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo” (HABERMAS, 1987). O autor considera a necessidade de fortalecer a cultura, as instituições que organizam o cotidiano e a vida social – o mundo vivido – em detrimento do mundo sistêmico (economia e poder).

Para Giddens (1991), a modernidade trouxe tensões entre a ordem tradicional e a ordem moderna, em função da alteração no ritmo de mudanças. O tempo e o espaço foram revolucionados, e, com eles, os costumes, e os tipos tradicionais de ordem social, que tendem a se perder. A rapidez das mudanças é enorme; altera mesmo dimensões mais profundas da existência cotidiana, e a comunicação se dá cada vez mais pelas redes informacionais, com formas de interconexão com extensão global, configurando-se uma transformação jamais conhecida pela humanidade. Sem precedentes, alteraram-se os sistemas que funcionavam para manter o equilíbrio social e, por isso, tinham eficácia simbólica. Os saberes dos povos tradicionais sobre a natureza, por exemplo, não são reconhecidos pelo saber científico, sendo na realidade estigmatizados.

As incertezas e as inseguranças se instalam na ordem moderna, e, por isso, Giddens (1991) mostra que o funcionamento das instituições na sociedade moderna, e as pessoas, precisam de mecanismos de confiança em sistemas abstratos, especialmente em sistemas peritos⁵, em assessores, em especialistas, que servem como mediadores entre a sociedade e os indivíduos.

⁵ **Sistemas peritos**, na visão de Giddens (1991), são sistemas (formados por instituições, prestadores de serviços, profissionais etc., que atuam com base em normas e conhecimentos especializados) que organizam diversas áreas do ambiente em que se vive – seja ele material ou social. Por exemplo: o ambiente do trânsito urbano é organizado pelo sistema perito formado pelos organismos públicos ou instituições particulares responsáveis pela abertura e manutenção de vias públicas, colocação de placas, regulamentação do tráfego, fabricação de veículos etc. (Nota da organização da série.)

A Amazônia é contemporânea desse processo e está diretamente a ele conectada, sobretudo pela via da problemática ambiental. A revisão de conceitos que acabamos de fazer informa como as sociedades refletem sobre o presente, se preocupam, se inquietam, buscam soluções. E procuram projetar o futuro. Caminho também encontrado nas análises sobre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

Banerjee (2006) pergunta “*Quem sustenta o desenvolvimento de quem?*”, em artigo publicado pela Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), e tem razão ao dizer que o “discurso do Desenvolvimento Sustentável focaliza mais os efeitos da destruição ambiental sobre o crescimento econômico do que as consequências negativas do mesmo” (BANERJEE, 2006, p. 88). Há necessidade de ir à crítica de categorias como racionalidade, no sentido empregado por Habermas (1987), e categorias da modernidade avançada. Considera que, na noção de desenvolvimento sustentável, “a lógica do capital e do mercado nunca está em questão” (BANERJEE, 1987, p. 89) e, por isso, é insustentável ambiental e socialmente.

7 SOCIEDADE E NATUREZA NA AMAZÔNIA

Porque a Amazônia é importante no debate sobre o meio ambiente? Terá ela, como maior reserva florestal e abrigando diferentes ecossistemas ainda preservados, um papel importante na crise ambiental? Apesar da inigualável riqueza natural e cultural, a Amazônia tem tido seus recursos naturais explorados de forma intensiva e predatória, sobretudo se pensarmos na velocidade desses processos, a partir da segunda metade do século XX, com alta entropia.

7.1 Amazônia e biodiversidade

Primeiramente, devido ao esgotamento das reservas naturais no mundo, como as florestas, a biodiversidade aquática, os recursos minerais, e também em função dos serviços ambientais que a Amazônia possa prestar, além da disponibilidade ainda de terras não ocupadas pelos processos produtivos do capitalismo, esta região tornou-se importante no

interesse nacional e internacional. Isso faz da Amazônia uma região estratégica para o mundo. Para o Brasil, ela é estratégica também pelo fato de ocupar uma grande área (quase 2/3 do país), ter a maior fronteira contínua (com oito países da América do Sul) e ter facilidade de acesso aos mercados dos países das Américas Central e do Norte - e aos dos países asiáticos, através do Canal do Panamá.

Além disso, ela constitui a parte do planeta com maior diversidade biológica (floresta e água), composta por uma área de 6 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 61% do território nacional. Tem aproximadamente 1/5 da água doce do planeta, além de possuir excepcional banco genético, sobretudo se considerarmos os demais países sul-americanos que têm áreas amazônicas (Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Inglesa).

A Amazônia é um espaço de energia e biomassa, e por isso muitos interesses se voltam para ela, principalmente os do mercado. É por isso que o principal conceito com que ela é vista é o de capital natural. Ela não é referida ao *meio ambiente como natureza e conservação*, mas ao *meio ambiente como recursos para valorização do capital*. Essa noção é encontrada subjacente às políticas governamentais, mesmo as ambientais, e em organizações não governamentais, talvez ingenuamente, talvez porque não encontrem outra possibilidade real de ação, ou porque acreditam realmente no poder de regulação do mercado.

É preciso esclarecer que se trata não apenas do mercado de uma larga gama de produtos derivados da floresta e dos cursos d'água, mas também do novo mercado de "bens e serviços ambientais". Lipietz (1997), com um olhar da economia política e da teoria da regulação, sustentava nos anos 1990 a tese da emergência de regulações nas esferas globais sobre bens comuns (bens de direito comum), tensionando as relações entre países pobres e países ricos, com a emergência de um novo mercado ambiental da natureza. Efetivamente, a economia no mundo se fez comercializando produtos naturais, e ainda continua; mas agora se amplia o leque do comércio. Numa outra perspectiva, Ostron, prêmio Nobel de Economia em 2008, diz que foi sendo introduzido um novo comércio, que é o das "funções dos ecossistemas", e essas funções podem ser um bem comum, cuja natureza é objeto de discussões polêmicas e atuais (Ostron et al.,1994).

Como a Amazônia tem ainda um potencial natural enorme, tem estado no foco dos interesses daqueles que querem reduzir a emissão de gases de efeito-estufa, procurando diminuir as queimadas e o desmatamento. Porém, esses objetivos são contraditórios com o crescimento da demanda dos mercados mundiais por *commodities* (que tem origem justamente com a intensificação da produção pecuária, da agricultura intensiva e da exploração extrativista de madeira e de minérios) e, por isso, esbarram nas incompatibilidades com os interesses que são assinalados como ambientalistas, mas que na realidade dizem respeito à preservação da humanidade.

7.2 Amazônia e sociedade

Nas últimas quatro décadas, a Amazônia brasileira passou por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, acompanhadas por grandes alterações territoriais. Alguns ângulos desses processos serão demonstrados a seguir, no sentido de contextualizar como a região se insere no debate global sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Os princípios da modernização ou, em outras palavras, do modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista moderna, estiveram na base das mudanças que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas. Assim, vemos. As elites brasileiras e os governos nacionais viam essa região nos anos 1950 e 1960 no contexto de um projeto de desenvolvimento nacional. Mas, para isso, era necessário criar meios de integração ao território brasileiro. O Estado nacional-desenvolvimentista dos anos 1950, com o Presidente Juscelino Kubitschek, formulou seus projetos e, dentre eles, dois materializar-se-iam em grandes obras que definiriam, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro da Amazônia e de sua integração à economia nacional: a construção de Brasília, criando assim estruturas de ocupação do Brasil Central, e a construção da rodovia Belém-Brasília, que abriria uma nova área de terras e recursos naturais, no correr da estrada. Posteriormente, os governos militares levariam em frente um ambicioso projeto nacional de incorporação dessas novas terras ao mercado e às cadeias produtivas da pecuária, agricultura, madeira e mineração, objetivando o crescimento econômico.

Usando incentivos fiscais⁶, o Estado procurou atrair capital e empreendedores para diversos setores da economia. Contingentes de brasileiros atravessaram as fronteiras de seus estados em direção à Amazônia. Embalados pelo sonho de melhores terras para plantar, deslocaram-se milhares de camponeses para frentes de colonização, e outros trabalhadores se dirigiram às obras de infraestrutura e a atividades produtivas como madeira, garimpo, grande mineração, pecuária e serviços. Também se deslocaram empresas de médio e grande porte, que fizeram dessas novas fronteiras um espaço de oportunidades, de investimentos, beneficiando-se em larga escala do financiamento público, seguindo inclusive as prioridades setoriais e locais definidas nos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) e nos PDAs (Planos de Desenvolvimento da Amazônia).

As narrativas sobre a saga dos migrantes compõem capítulos de uma história, para uns, trágica, para outros, de sucesso, mas todas contemporâneas de uma mesma dinâmica, isto é, a da incorporação de novas terras do norte à economia nacional, com o objetivo de crescimento econômico do País. Os programas de intervenção do Estado e a predominância de certos atores na dinâmica social acabaram por reconfigurar a geografia da região.

Os territórios de municípios como Santarém, Itaituba, Altamira, Marabá e Tucuruí, dentre outros, foram desmembrados, e deles nasceram inúmeros novos municípios para atender processos econômicos e interesses políticos emergentes. Inúmeras cidades surgiram das estratégias deliberadas pelos projetos de desenvolvimento. As cidades fizeram parte, enquanto um componente do planejamento, dos programas governamentais de desenvolvimento, constituindo eixos de referência e apoio à ocupação e integração nacional. Porém, não podemos pensar apenas nas cidades que surgiram a partir dos anos 1960, como as que emergiram no correr da construção da estrada Belém-Brasília (Imperatriz, Açailândia e Paragominas),

6 Os **incentivos fiscais** são recursos públicos destinados pelo Estado a incentivar o financiamento de projetos econômicos, ou seja, são investimentos do Estado visando o crescimento econômico. A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Legal), o BASA (Banco da Amazônia), ambas com sede em Belém, e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), com sede em Manaus, foram criadas como instituições federais responsáveis por gerenciar os planos e programas de desenvolvimento regional, e processar a liberação dos Incentivos Fiscais, segundo projetos econômicos aprovados pelos conselhos deliberativos da SUDAM e da SUFRAMA.

ou entre os anos 1970 e 1980, como Redenção, Rondon do Pará, Novo Repartimento, Breu Branco, Medicilândia, Placas, Uruará, Rurópolis, Carajás ou Porto Trombetas, pois tantas outras surgiram “espontaneamente”, formando um conjunto de cidades bastante expressivo. As redes de sociabilidade nas pequenas e médias cidades têm um papel fundamental na articulação do espaço regional.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para mercados nacionais e internacionais de recursos primários, tais como madeira, minério e produtos da agropecuária. Esses recursos naturais alimentaram a economia nacional e continuam até hoje com um papel importante no mercado internacional exportador de matérias-primas e de *commodities*, pois este é um dos setores de base das exportações brasileiras. O balanço, portanto, é positivo pela ótica do desenvolvimento enquanto crescimento econômico. Houve um aumento de produção em vários setores de produtos primários (não industriais), que passaram a atender de forma crescente o mercado exportador, gerando divisas para o país, como era a expectativa do Estado.

No entanto, a natureza, como biomassa, tem sido intensivamente colocada em risco, em prol de programas desenvolvimentistas que difundiram um modelo de integração à economia de mercado com base em um padrão de apropriação e uso da terra altamente predatório. Seria possível pensar em um modelo de desenvolvimento capaz de lidar com a biodiversidade sem destruí-la? Poderia a Amazônia vir a ser uma região com inovação tecnológica adequada ao padrão moderno, mas preservando a floresta tropical? Ou ainda, seria possível aqui o convívio de tecnologias mais avançadas com os conhecimentos de grupos tradicionais sobre os ecossistemas, sem precisar dilapidar sua riqueza biológica nem os conhecimentos milenares sobre os ecossistemas? Essas são algumas das questões de fundo que podem servir ao debate sobre a Amazônia na perspectiva de sua sociobiodiversidade.

Além disso, é importante lembrar que nessa região vive a maior parte dos índios brasileiros. Eles contribuem, junto com outros grupos de população tradicional (quilombolas, ribeirinhos, pescadores, etc.) para a diversidade de saberes sobre os complexos e variados ecossistemas naturais, saberes esses

que lhes garantem produzir as condições de existência material e imaterial, na relação direta com a floresta.

Disciplinas como a História Ecológica e a Antropologia Ambiental nos ensinam que a relação entre homem e natureza pode também promover o enriquecimento dos ecossistemas existentes em dado território, e não apenas destruí-los. Um exemplo interessante é o caso de certas áreas na Amazônia que se destacam por serem extremamente ricas em nutrientes e em biodiversidade, tendo os pesquisadores as associado à longa presença de populações indígenas. Foram encontrados sítios arqueológicos que mostram a antiguidade da ocupação humana nessas áreas, o que confirma, de certa forma, essa hipótese da participação humana na construção da biodiversidade da floresta amazônica. É citado o exemplo da “terra preta de índio”, altamente rica em nutrientes e que coincide com sítios arqueológicos onde foram encontrados muitos objetos da cultura material de índios da Amazônia.

Não é por acaso, portanto, que a noção de desenvolvimento está associada, na literatura acadêmica recente (antropologia, sociologia, etnociência, antropologia ambiental etc.) com as percepções desses grupos étnicos sobre a relação homem x natureza. É uma contribuição milenar que os povos indígenas das Américas trazem ao debate para validar a possibilidade de outros modelos de desenvolvimento fundados em um padrão distinto da relação sociedade x natureza. Essas percepções permitem relativizar o olhar cartesiano da ciência moderna.

7.3 Processos de mudanças e economia na Amazônia

Observa-se, como efeito econômico da dinâmica de avanço da fronteira na Amazônia, o aumento da pressão sobre os recursos naturais antes explorados em outra escala e intensidade. Efetivamente, houve uma mudança na economia regional, com crescimento em vários ramos, aumento do PIB e uma modernização do setor agropecuário, industrial e de serviços. Examinaremos alguns aspectos de atividades econômicas que indicam a relação atual entre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

7.3.1 Agricultura e fronteira

A Amazônia brasileira foi concebida, no seio das elites nacionais, enquanto fronteira de recursos com a qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponibilizados. Planejadores governamentais e economistas do desenvolvimento definiram o interesse da intervenção do Estado em um espaço a ser mudado. A fronteira, por ser móvel, se refaz pelas novas dinâmicas dos atores sociais e econômicos. A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical era vista como o processo de incorporar novos territórios de recursos e oportunidades ao mercado. Por isso, a fronteira constitui um território que paulatinamente é incorporado ao nacional e global.

Certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da *revolução verde* pressionaria a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por isso, com possibilidades do desenvolvimento agrícola. A abertura da fronteira em direção ao norte se destinava ao mercado capitalizado, mas também às famílias camponesas do sul e do nordeste do País. O uso dessa disponibilidade de terras constitui parte da estratégia geopolítica nacional colocada em prática, mas sem poder, evidentemente, anular as contradições da propriedade da terra enquanto relação social.

7.3.2 A Pecuária e o avanço da fronteira

O preço da terra é certamente o motivo maior da vinda crescente de pessoas capitalizadas para adquirir terras em novas áreas, como ocorre nesse início de século XXI, por exemplo, nos municípios do oeste do Pará e sudeste do Amazonas. São terras reputadas como de excelente qualidade e propícias à pecuária e à agricultura. Os processos de grilagem vêm acompanhando a capitalização nessas novas áreas, como fundamentais para avalizar a alta rentabilidade das fazendas. Em cada nova fronteira aberta tem-se verificado a predominância da pecuária.

Há uma modernização que se amplia e busca ganhar mercados globalizados, a exemplo de projetos de grandes

pecuaristas do sudeste do Pará. Eles pretendem ganhar mercados com o “selo verde,” ou o “boi orgânico”, como os pecuaristas nomeiam as características mercadológicas de seu gado criado solto no pasto. Agregam, assim, a imagem da Amazônia (verde) ao padrão de criação extensiva. Esses grandes empreendimentos, contendo até 40 mil cabeças de gado, com frigoríficos de alta tecnologia para abate em cadeia, que se integram aos padrões internacionais de medidas, cortes e embalagem especializados, estão direcionando suas negociações para cadeias de supermercados e mercado de *commodities*.

As atividades econômicas voltadas à incorporação de novas áreas para a expansão da produção agropecuária na Amazônia têm relação com a dinâmica econômica de outras regiões no país. Não é possível entender esse processo sem religar com a fronteira consolidada do norte do Mato Grosso, de Goiás, Maranhão e Tocantins, espaço de reprodução de agentes econômicos que se deslocam, capitalizados ou não, à Amazônia. Esses são os fluxos mais recentes, na sequência daqueles que vieram nos anos 1970 e 1980, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Para Margulis (2003), o que conta como atores sociais são justamente os empreendedores modernos na área de fronteira consolidada, pois eles, em si, definem a pressão sobre as novas áreas. Contudo, o fazendeiro continua sendo o ator principal no desmatamento, reatualizando, em áreas novas, a relação madeireiros + grileiros + fazendas.

Atualmente, a pecuária não depende mais, para se expandir, da transferência dos incentivos fiscais, mas o Estado permanece ainda um fator de capitalização, pela privatização de terras públicas através das grilagens e pelos baixos custos sociais e ambientais, que asseguram empreendimentos de reduzido risco econômico. E o que muda então nas novas áreas de fronteira? Há disponibilidade por parte de grupos econômicos em financiar o avanço da fronteira sobre novas terras. A lógica é que eles estão assim dispostos pela alta rentabilidade da pecuária e pela expectativa de venda futura de terras para o agronegócio. Assim, o ciclo do desmatamento se refaz. E, certamente, grupos capitalizados estão investindo também em outros setores, notadamente na mineração. Afinal de contas, essa é a última fronteira de áreas florestais contínuas, não somente do país, mas do mundo – e uma *província mineral*, com extraordinária quantidade de minérios e volume das jazidas.

7.3.3 Dinâmica da expansão da soja

A produção de soja vem expandindo-se dos Estados do Mato Grosso e Tocantins para o Maranhão e o Pará, em um processo de sucessão da terra, que passa da pecuária para a atividade de grãos. Inicialmente foram municípios do sudeste do Pará (Paragominas) e do Maranhão (Balsas), e atualmente do sudoeste, como Santarém, Itaituba e Anapu. Novas frentes chegam a Altamira, e os interesses de sojeiros aparecem no *lobby* para asfaltamento das estradas (Transamazônica e Cuiabá-Santarém) e para o projeto hidrelétrico de Belo Monte.

O interesse pela atividade começou a manifestar-se há cinco anos, por parte de produtores rurais que foram se localizar em municípios da rodovia Cuiabá-Santarém, e pela vinda de médios e grandes produtores rurais de outras regiões do país, atraídos pelo baixo custo da terra e pela potencialidade do solo para a produção de grãos. A fase atual caracteriza-se ainda pela compra de terras, como estoque. Com a presença de novos produtos, como a soja, o preço da terra dispara. Cinco anos atrás, era relativamente fácil comprar terras boas a preços irrisórios em Santarém. Hoje, esse valor multiplica-se várias vezes. Qual a lógica econômica de incorporação de novas terras? A lógica está no mercado, a ênfase na grande propriedade que se forma pela compra ou pela grilagem de terras ou ainda pela compra de terras dos pequenos produtores, colonos de assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desanimados pela ausência de infraestrutura mínima para escoar a sua produção.

7.3.4 Madeira e medidas regulatórias

A exploração da madeira permanece como uma das bases da economia dessa região, organizada em um sistema bastante complexo, que articula segmentos e processos tradicionais com os processos mais agressivos na extração de madeira, como o uso da motosserra, e processos industriais de beneficiamento, produzindo-se pequena variedade de produtos, pois a maior parte do parque madeireiro se concentra em produzir tábuas, lambris, laminados e compensados. O crescimento econômico potencial é finalmente pouco aproveitado, o trabalho muito mal remunerado, com grande desperdício de madeira no processo

de transformação, pouca diversificação dos produtos gerados e grau incipiente de industrialização (e de tecnologia), o que leva a agregar valor muito abaixo do que se poderia alcançar em um processo considerado eficiente e com inovação tecnológica.

As campanhas pela paralisação da exploração predatória do mogno no oeste do Pará, nos anos de 2002 a 2004, e depois em outras regiões, conseguiram bons resultados, graças à ação coordenada entre órgãos do governo federal, do governo estadual, atores locais organizados e organizações ambientalistas nacionais e internacionais. Por outro lado, mudanças vêm ocorrendo no sentido de fortalecer a proposta de exploração madeireira na Amazônia de modo comprometido com a sustentabilidade ambiental. Uma das medidas adotadas é o estímulo ao uso da madeira certificada e dos planos de manejo. Nessa situação (e com a particularidade de tratar-se de madeira de uma qualidade como a tropical), tal atividade pode gerar alto valor, o que contribuiria para elevar a economia regional a outro patamar de mercado. A dificuldade esbarra no controle e fiscalização do Estado, permanecendo a exploração e o comércio clandestinos.

O conceito que tem orientado as ações referentes ao setor madeireiro tem sido o de capital natural, com iniciativas de valoração da natureza, e conforme discussões desenvolvidas no âmbito da Economia Ecológica. Mas a atividade madeireira permanece uma questão polêmica, pois tem relação direta também com o avanço do desmatamento, pela forma como é explorada. Trata-se, por isso, de um setor no qual as medidas regulatórias e de controle do Estado são fundamentais.

7.3.5 Desmatamento

Outro impacto do crescimento diz respeito ao desmatamento, que acompanha até hoje o avanço das frentes pecuária, madeireira, agrícola e de mineração. Décadas passadas desde as frentes pioneiras da integração pós-1960, é necessário fazer balanços e procurar entender as novas dinâmicas locais, nacionais e as que se dão na arena internacional. Internamente, elas se tecem justamente no jogo de disputas pelo território, que acaba alterando a cada momento a geografia das regiões. As mudanças na paisagem regional impressionam pela rapidez. As estatísticas oficiais ou as observações a olho nu feitas em

sobrevãos revelam a enorme alteração ocorrida na floresta. É grande o desmatamento, seguindo as áreas abertas pelas estradas, com a expansão das pastagens, empreendimentos madeireiros, de mineração ou nas proximidades das cidades, e o pior é que ele não mostra sinais efetivos de redução. Ainda que as estatísticas oficiais mostrem às vezes uma redução da taxa de desmatamento, isso não significa que este tenha parado.

A Amazônia é um exemplo do processo de desmatamento que ocorre em todo o país. Na última década, o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte nessa região. Se fizermos um balanço no tempo, constatamos que, do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta amazônica. E de 1978 a 1988 passa a haver, nessa floresta, uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desmatada ali era de 41,5 milhões de hectares, e atualmente segue na seguinte proporção: a cada ano são devastados mais dois milhões de hectares, segundo dados do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Apesar de todo o esforço por parte do Estado e de outros atores sociais, de discursos, de regulamentações e de ações fiscalizadoras, a tendência continua sendo a de um contínuo processo de desmatamento na região.

Embora estudos localizados na Amazônia mostrem que o desmatamento tem várias causas, há uma margem de incerteza sobre estas últimas e também sobre quais as estratégias para reduzi-lo a um nível que não comprometa a reprodução dos ecossistemas. Há relação entre desmatamento na Amazônia e mudanças climáticas? Ainda não se sabem as respostas a essa pergunta, de forma precisa, mas há pesquisas em curso. Não se sabe ao certo, também, a capacidade de resiliência da floresta amazônica, considerando toda a sua biodiversidade (plantas, animais...). Foi aprovada, em 2006, uma Lei de Concessão de Florestas Públicas à iniciativa privada, para exploração – certamente com a exigência de apresentação de planos de manejo, mas sobre estes também pairam incertezas de várias ordens, desde o efeito do seu uso até a eficiência e regularidade do controle do Estado no caso.

7.4 Dinâmica de fronteira e conflitos

É necessário avaliar as consequências sociais das mudanças apontadas, os conflitos e as tensões que definiram, de certa forma, a imagem da Amazônia que foi veiculada no mundo como lugar de pistolagem, de trabalho escravo e de mortes políticas anunciadas. Os índices de pobreza e de falta de qualidade de vida em todos os estados do Norte⁷ são graves, e a esse respeito o desafio se coloca à gestão pública, situada no meio de campo dos conflitos⁸. A lista de sindicalistas e de lideranças rurais que foram mortas é certamente inusitada, se comparada às fronteiras abertas anteriormente no país. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com a forma de ocupação do território, pois resultam da disputa pela terra e pelos recursos, seja por meio legal, como no caso dos assentamentos do INCRA, das terras liberadas pelo Estado para empreendimentos econômicos, das unidades de conservação, das terras indígenas ou dos territórios quilombolas, seja por meio da *grilagem* de novas terras, das práticas ilegais de derrubada da floresta, da ocupação de cursos d'água para garimpagem, ou das ilegalidades praticadas com o uso dos recursos públicos. O processo de ocupação de terras sempre tem sido conflitivo, pois implica disputa de interesses de grupos ou de indivíduos. Daí a necessidade de um Estado atuante para mediar os conflitos, o que não aconteceu na medida necessária nessas décadas analisadas.

8. O ESTADO E OS PROGRAMAS ESTRUTURAIS PARA A AMAZÔNIA

Nos anos 1970, as políticas governamentais não incorporavam os impactos ambientais, pois este problema não fazia parte das preocupações governamentais da época. Os impactos tratados pelas pesquisas nas universidades, por exemplo, se referiam principalmente aos efeitos da abertura

⁷ O IDH dos estados da região Amazônia Legal, nessas últimas décadas, comparativamente aos demais estados do Brasil, revelam uma significativa redução relativa do IDH. Essa redução se faz paulatina, a cada década, dos anos 1970 aos anos 2000.

⁸ Os índices mais utilizados são os que mostram a renda dos indivíduos e a produção da coletividade, que são a renda per capita e o PIB.

da fronteira, dos programas de colonização, da migração, da expansão pecuária e, sobretudo, dos conflitos fundiários, que começavam a surgir na época. A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada nessa década, desalojou milhares de famílias e inundou vilas, povoados, aldeias, roças e cemitérios. Por isso, acabou desempenhando um papel emblemático na conscientização e mobilização de grupos locais face às mudanças ambientais sentidas no espaço local.

Os principais impactos dos processos de mudança derivam na Amazônia do modelo de desenvolvimento e das políticas estatais, que, junto com grandes projetos de investimento, acabam por redefinir a ocupação do território. O Estado construiu obras estruturais de infraestrutura – estradas, aeroportos, telecomunicações – e criou incentivos fiscais para atrair investimentos privados para setores que foram escolhidos como prioritários. Foram definidas, ainda, áreas para onde os programas governamentais de colonização dirigiram os fluxos de migrantes.

O planejamento e as ações do Estado afirmam o compromisso da integração de mercado com a implementação de políticas de maior abrangência (ou macropolíticas), a exemplo da implantação dos grandes projetos das décadas de 1970 e 1980⁹, dos quais destacamos, em especial:

- 1 - Programa de *colonização dirigida* do INCRA na Transamazônica, voltado à pequena produção familiar;
- 2 - Programa de incentivos fiscais para fazendas de pecuária de médio e grande porte;
- 3 - Construção de grandes eixos rodoviários – a Rodovia Transamazônica (BR-230), a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a Rodovia Porto Velho-Manaus (BR-319) e a Rodovia Perimetral Norte;
- 4 - Programas de colonização, como o Polamazônia e o Polonoroeste;

⁹ Entre os principais programas de governo, está a Operação Amazônia (1966), que teve sequência no PIN (Programa de Integração Nacional), de 1970. Ambos foram acompanhados de frentes migratórias formadas por pequenos produtores rurais, colonos, fazendeiros de outras regiões, etc., que ocupavam as terras destinadas pelo Estado aos programas de colonização – inicialmente, às margens e ao longo das estradas e, depois, adentrando pelos fundos das terras às vezes já ocupadas por outras frentes, em geral pela grilagem, e por isso esse modelo logrou uma rápida expansão da pecuária.

- 5 - Programa de incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus;
- 6 - Programa Grande Carajás e outros projetos dos complexos minerais;
- 7 - Grandes projetos de investimento em usinas hidrelétricas (Tucuruí e Balbina).

Os projetos de colonização e a formação de estabelecimentos rurais de médio e grande porte estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização e de crescimento econômico. O Estado apostou em implantar o modelo agropecuário adotado em outras regiões. Efetivamente conseguiu, pois a Amazônia se tornou uma grande produtora de carne, notadamente os estados de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Pará.

Os grandes projetos minerais começaram a operar na década de 1980, depois da primeira fase de instalação. O Programa Grande Carajás, com seus megaprojetos minerais, viabilizou e avalizou, junto ao Estado, a entrega dos recursos minerais ao capital internacional. A Companhia Vale do Rio Doce teve um papel fundamental nas negociações, beneficiando-se de ser uma empresa estatal.

A segunda fase da mineração, no início do século XXI, com os novos empreendimentos instalados no Pará, tem necessariamente de ser submetida a cálculos ambientais que avaliem os impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Mesmo que programas de governo ou empresários não levem suficientemente em conta a legislação e as normas ambientais, há a vigilância do Ministério Público, federal e estadual, e das organizações da sociedade. Foi o que ocorreu no que diz respeito à instalação de projetos minerais em Juruti, no Pará, e no que se refere à polêmica sobre a aprovação pelo governo do Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, que não contemplava questões fundamentais na avaliação dos impactos de grandes projetos de energia. Entre essas ausências estavam a falta de contabilidade dos impactos sobre o desmatamento e os referentes ao efeito estufa.

Hoje, a contabilidade ambiental confere vários indicadores para medir as emissões de gases que provocam o aquecimento global. Fearnside (2009) considera importante calcular as emissões de gases de efeito estufa de barragens hidrelétricas para orientar a tomada de decisão em investimentos

públicos voltados tanto para a geração de energia como para a sua conservação.

Belo Monte, hidrelétrica prevista para ser construída no rio Xingu, próximo à cidade de Altamira, como mostra o autor citado, está no centro das controvérsias atuais sobre como deveria ser calculada a emissão de gases de efeito estufa de represas. Segundo Fearnside (2009), devido à magnitude e à natureza dos seus impactos, devem ser estimadas as emissões de Belo Monte e das outras quatro barragens. Contudo, são visíveis as dificuldades de avaliação e acompanhamento dos impactos de grandes projetos no meio ambiente por parte dos órgãos públicos, deixando uma responsabilidade enorme para a sociedade em geral.

9 MODERNIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Como vimos anteriormente, os anos de 1970 têm as marcas da Conferência de Estocolmo, da publicação do Relatório do Clube de Roma e das lutas sociais importantes que levaram ao desenvolvimento de uma consciência ecológica e a uma percepção da associação entre ecologia e política. Desde então muitas mudanças ocorreram. Nas décadas de 1980 e 1990, os discursos políticos de denúncia dos impactos sociais e ambientais irão progressivamente ser substituídos por uma perspectiva pró-ativa que objetiva pensar modelos e projetos de desenvolvimento a partir do que se tem como dado. Inclui-se aí a intervenção através de políticas, de programas de crédito para financiar o desenvolvimento de micro a médios projetos, de programas de gestão e de educação ambiental, além da participação de atores locais nesse processo, através de diversas modalidades.

Nos anos 1980, a gestão do meio ambiente passa a ser considerada como uma nova função pública, para a qual o Estado deve criar regras e um modo de funcionamento. No Brasil, o IBAMA nasce nesse contexto e com o objetivo de articular políticas e de se responsabilizar por ações antes dispersas em várias esferas da administração pública. Algumas tensões internas ao aparelho do Estado decorriam e decorrem ainda dessa difícil articulação entre esferas de poder e instâncias

de gestão. Quanto à criação do Ministério do Meio Ambiente, representou o reconhecimento da questão ambiental como problema de macropolítica, o que significou o desenvolvimento de uma consciência ecológica produzindo uma relação entre preocupação ambiental e política. Um avanço, pois a Secretaria de Meio Ambiente, que existia havia mais de 20 anos, sempre teve um raio de ação extremamente limitado.

As bases de uma política ambiental começam a se esboçar, mas com aplicabilidade reduzida, justamente por se tratar de políticas transversais que só podem ser realmente efetivas se a área econômica e outras pastas ministeriais forem também ambientalizadas e se ocorrer um processo similar de integração, mas verticalmente, na gestão federativa. Outra dificuldade vem pelo lado da governabilidade, não somente de órgãos ambientais, que ainda têm pequeno alcance, mas em função do rumo planetário que tomou o debate ambiental, tornando-se objeto de decisões em Reuniões e Conferências multilaterais de países, o que passou a implicar uma ordem de governabilidade global.

O ambientalismo é um fenômeno da modernidade e, por isso, é universal. Emerge justamente na esteira do avanço dos processos de globalização e de inovação tecnológica dos sistemas de comunicação. A literatura vem associando os esforços de preservação ambiental da biodiversidade ao debate ético sobre a propriedade desse patrimônio (DESCOLA, 1997; CASTRO, 1997). Os *saberes tradicionais*, ou *conhecimentos tradicionais*, constituem um patrimônio coletivo, mas sobre eles houve e há ainda um enorme debate interpondo os regras do direito constitucional e um novo direito que se instaura pelo confronto de olhares de grupos sociais e étnicos antes sem voz, mas que trazem agora questões polêmicas sobre as quais a atual estrutura jurídica do país não tem como julgar, enquanto direito difuso. A reinvenção do direito fora dos padrões conservadores e positivistas parte de outra noção de justiça (RAWLS, 2002). Quanto a esse aspecto, observam-se muitas mudanças conceituais, com a participação ativa de grupos étnicos, a exemplo dos conceitos de *conhecimentos tradicionais* e de *propriedade intelectual* que foram divulgados na Carta dos Pajés reunidos em São Luis, em 2001.

Movidas pelos preparativos da Eco-92, surgem muitas ONGs no país e na Amazônia. Há uma alta mobilidade dessas estruturas, com desaparecimento e surgimento de novas. Na

década de 1990, avançam os arranjos organizacionais na forma de redes que abrigam associações segundo diferentes modalidades. O crescimento desses mecanismos de participação na Amazônia foi fantástico. Muitas redes foram criadas, reunindo organizações ambientalistas e movimentos sociais, como o Fórum Carajás e as redes de mulheres, de camponeses, de quilombolas, de grupos indígenas, de ribeirinhos e de pescadores, entre outras. Verifica-se ainda a interação dessas estruturas na interface com o Estado, a exemplo do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

Afunilando seus canais de intermediação e aprendendo estratégias de funcionamento em rede, essas organizações impressionam pela velocidade com que se articularam para recriar as formas de ação na defesa de interesses e na formulação de um projeto de futuro comum sob outro modo de funcionamento da relação entre sociedade, economia e meio ambiente. Atualmente, acompanhando o debate ambiental que cada vez mais ocorre em esferas de decisão globalizadas, atores locais se deslocam com frequência em espaços locais, nacionais e globais, para discutir e procurar interferir nas decisões relativas à problemática ambiental.

Embora para alguns atores locais a luta ambientalista ressoasse como estranha ao universo das questões sociais (como as sindicais, por exemplo), ela estava posta. No início dos anos 1980, os seringueiros do Acre praticavam os *empate*¹⁰. Os pequenos agricultores rurais de Marabá, por sua vez, realizavam nessa época seus primeiros Encontros para discutir a relação entre agricultura e meio ambiente – inicialmente com muita dificuldade de encaminhamento, por ser dominante a percepção da agricultura familiar como uma das causas do desmatamento (levando-se em conta dados relativos justamente às áreas de colonização), e depois como parte indissociável do debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Se o ambientalismo brasileiro em sua vertente amazônica difundiu e politizou os princípios de preservação e de precaução, de valorização da natureza e de biodiversidade e valorizou os saberes de populações tradicionais, o fez com leituras variadas.

¹⁰ Ficaram conhecidas pelo nome de *empate* as ações dos seringueiros do Acre que tentavam impedir o desmatamento dos seringais pelos trabalhadores dos fazendeiros. Nessas ações, os seringueiros ficavam nas áreas, com as famílias, *empatando* o desmatamento.

Essa complexidade de percepções e de formas de apropriação do tema ambiental passou a fazer parte integrante do campo ambiental.

CONCLUSÃO

Como vimos, o tema *desenvolvimento e meio ambiente* constituiu-se como um campo complexo à compreensão. Isto porque, para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade. Trata-se de construir um novo ideal de sociedade, na direção de um desenvolvimento que redefina os paradigmas da relação homem x natureza.

Como crescer em um mundo com limites de recursos naturais? Como pensar um modelo alternativo que nos preserve do aquecimento global? Esse é o dilema que nos cerca na atualidade. Somos desafiados a pensar o presente e o futuro, o sonho e a realidade.

A COP-15 (15ª Conferência das Partes sobre o Clima), realizada em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro de 2009, era o evento global esperado como um dos mais importantes do ano, justamente em função dos resultados de pesquisas recentes sobre o clima e o aquecimento global e da urgência de decisões e políticas consensuadas no plano mundial. Porém, não conseguiu atender às expectativas. O objetivo era discutir acordos multilaterais ambientais e construir as bases de um tratado que substituísse o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012. A reunião nos mostrou a complexidade do jogo político e da governabilidade global para tomar decisões difíceis, no plano governamental, pois elas esbarram em questões de desenvolvimento, em particular as relativas ao crescimento econômico de cada país. Afinal, quais os países que querem abrir mão da corrida pelo crescimento? Quais os países que podem? Quem se permite desistir da corrida que convoca todos ao consumo? Como se observa, as sociedades atuais têm pela frente o compromisso de enfrentar, de forma clara e objetiva, os problemas sociais e econômicos criados por um desenvolvimento pensado e produzido por outras gerações, no passado.

Cabe registrar, por fim, que o exame da evolução do debate sobre a questão ambiental, como procuramos mostrar,

é bastante revelador das mudanças e das interrelações entre as esferas do local, do nacional e do global. Por isso, também elucida os novos desafios que a problemática ambiental da Amazônia coloca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. *O Preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem. O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém: UNAMAZ, 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A crítica da razão do caos global*. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

BUNKER, Stephen. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of modern State*. Chicago, EUA: Urbana, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas em face da globalização e da integração de mercados. In: MATHIS, Armim; CASTRO, Edna; FENZL, Norbert (orgs.). *Estado e políticas públicas*. Belém: CEJUP, 2004.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. In: *NOVOS CADERNOS NAEA*. V. 8, N. 2. Belém: NAEA/UFPA, 2005, p. 5-39.

CHAVES, Daniel. A paradoxal unidade do discurso do desenvolvimento. In: *PAPER DO NAEA*. Belém: NAEA/UFPA, nov. 1997.

COSTANZA, Robert. *Economia Ecológica: uma grande agenda de pesquisa*. In: MAY, Peter; MOTA, Ronaldo Serrôa da (orgs.). *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

COSTA, Francisco de Assis. *As ciências, o uso de recursos na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla*. In: *PAPER DO NAEA*. N. 69. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

DESCOLA, Philippe. *Ecologia e cosmologia*. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (Orgs.). In: *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

DIESEL, Vivien. *Leituras sobre a crise do desenvolvimento*. In: *PAPER DO NAEA*. N. 52. Belém: NAEA/UFPA, dez. 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.

FEARNSIDE, Philip M. *As Hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa*. In: *NOVOS CADERNOS NAEA*. N. 1, V. 12, Belém:NAEA/UFPA, jun. 2009.

FRANK, André Gunder. *América Latina al margen del sistema mundial; historia y presente*. Santiago, Chile: s. e., 1971.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and economic process*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1971.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2 ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Espanha: Taurus, 1987.

HIRSCHMAN, Albert. *Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo*. In: *EL TRIMESTRE ECONOMICO*. Nº 188.Vol. 47, 1980, p. 1055-1077.

HUNT, Diana. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. New York, EUA: Harvester Wheatsheaf, 1989.

HURTIENNE, Thomas. Theories of development, differentiation of the periphery and development strategies of the NICs. In: VÄTH, W. (Org.). *Political regulation in the "great crisis"*. Berlin, Alemanha, s. e., 1989.

IANNI, Octávio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LIPIETZ, Alain. Cercando os bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte/Sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

MARGULIS, Sérgio. *Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira*. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003.

OSTROM, Elinor; GARDNER, Roy; WALKER, James. *Rules, games & common-pool resources*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XXI*. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamont, 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.